

# Diário do Legislativo de 07/11/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - 416ª Reunião Ordinária

1.3 - Reuniões de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

### 3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

## 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATAS

ATA DA REUNIÃO de debates EM 6/11/98

Presidência do Deputado Ibrahim Jacob

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum".

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Geraldo Rezende - Dimas Rodrigues - Ermano Batista - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Isabel do Nascimento - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - Marco Régis - Olinto Godinho - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Rêmolo Aloise - Sebastião Costa - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Ibrahim Jacob) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a reunião de debates de segunda-feira, dia 9, às 20 horas.

ATA DA 416ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 5/11/98

Presidência do Deputado Geraldo Rezende

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 300/98 (encaminha o Projeto de Lei nº 1.960/98), do Governador do Estado - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 2.715 a 2.718/98 - Oradores Inscritos: Discurso do Deputado Raul Lima Neto - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Ivo José - Marcelo Gonçalves - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Aduato - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Ermano Batista - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Isabel do Nascimento - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - José Bonifácio - José Braga - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmoló Aloise - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila - Wilson Pires - Wilson Trópia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Geraldo Rezende) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

- O Deputado Marcelo Gonçalves, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Correspondência

- A Deputada Maria Olívia, 5ª-Secretária, nas funções de 1ª-Secretária, lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 300/98\*

Belo Horizonte, 4 de novembro de 1998.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para exame e manifestação dessa egrégia Assembléia Legislativa, o incluso projeto de lei, que transforma cargo de provimento em comissão no Quadro Especial da Secretaria de Estado da Fazenda, a que se refere o Decreto nº 36.033, de 14 de setembro de 1994.

A proposta que ora encaminho objetiva atender a alteração da estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda, relativamente à Assessoria de Planejamento e Coordenação, adequando a denominação do cargo de direção, de provimento em comissão, à unidade administrativa correspondente, em decorrência da Lei nº 12.984, de 30 de julho do corrente ano, que dispôs sobre o Sistema Estadual de Finanças e a nova estrutura orgânica da mencionada Pasta.

Sirvo-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência o meu elevado apreço e especial consideração.

Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.960/98

Transforma cargo de provimento em comissão no Quadro Especial de Pessoal da Secretaria de Estado da Fazenda, a que se refere o Decreto nº 36.033, de 14 de setembro de 1994.

Art. 1º - Fica transformado 1 (um) cargo de provimento em comissão de Diretor II, código MG-05, símbolo DR-05, em 1 (um) cargo de Assessor-Chefe, código MG-24, símbolo AH-24, no Quadro Especial de Pessoal da Secretaria de Estado da Fazenda, a que se refere o Anexo I-T do Decreto nº 36.033, de 14 de setembro de 1994 - Cargos Comissionados -, observado o disposto no artigo 2º do Decreto nº 37.711, de 29 de dezembro de 1995.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

#### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### REQUERIMENTOS

Nº 2.715/98, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando que esta Casa manifeste sua solidariedade ao Frei Rodrigo de Castro Amedée Peret e aos agentes pastorais, os quais foram vítimas de atos de violência praticados por policiais militares e fazendeiros no Pontal do Triângulo. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 2.716/98, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e à Comissão Operacional de Reforma Agrária - CORA -, com vistas a que se acelerem as ações que conduzam a uma verdadeira reforma agrária. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 2.717/98, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Diretor da Polícia Federal, com vistas a que sejam apurados com rigor e agilidade os fatos ocorridos recentemente no Pontal do Triângulo.

Nº 2.718/98, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhado ofício ao Ministério da Reforma Agrária alertando esse órgão para os fatos ocorridos recentemente no Pontal do Triângulo. (- Distribuídos à Comissão de Direitos Humanos.)

Oradores Inscritos

- O Deputado Raul Lima Neto profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, mesmo estando inscrito o Deputado João Leite, gostaríamos de pedir o encerramento, de plano, da reunião, por não haver "quorum" para a continuação dos nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 6, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 95ª REUNIÃO Ordinária da comissão de defesa do consumidor

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e cinco de agosto de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Nascimento, Arnaldo Penna (substituindo este ao Deputado José Militão, por indicação da Liderança do PSDB), Marcos Helênio (substituindo o Deputado Antônio Andrade, por indicação da Liderança do Bloco Parlamentar de Oposição) e Raul Lima Neto (substituindo o Deputado João Leite, por indicação da Liderança do Bloco Social Trabalhista), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Arnaldo Penna, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina à discussão, com a TELEMIG Celular, do seu programa de incentivo à troca dos aparelhos analógicos pelos digitais, especialmente no que tange ao sistema de localização de chamadas (bina) pelos usuários de aparelhos analógicos em que tal serviço é disponível. Após, o Presidente comunica que a Consultoria da Casa avaliou os documentos relativos a denúncias contra a Associação dos Servidores Civis do Brasil-ASCB- e verificou a impossibilidade de se proceder a estudos sobre o assunto, pois a Constituição Federal veda o anonimato. Ato contínuo, o Presidente esclarece que se encontram em poder da Mesa, à disposição dos Deputados, correspondência do Sr. Eli Lopes da Silva em que faz denúncia contra os Supermercados Carrefour, por desrespeito à Lei do Consumidor, e ofício da Delegacia Especializada de Ordem Econômica em que presta informações solicitadas pela Comissão sobre a possibilidade de instalação de uma divisão dessa delegacia, reivindicada pelo PROCON de Belo Horizonte. Após, o Presidente determina à assessoria da Comissão que faça os devidos encaminhamentos. A seguir, informa que, em 19/8/98, designou o Deputado Ambrósio Pinto para relatar, no 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.390/97. A seguir, a Presidência passa a palavra ao Deputado Marcos Helênio, para que teça as considerações iniciais sobre o objetivo desta reunião. Após, o Presidente informa aos Deputados e demais participantes que serão ouvidos na reunião os Srs. Doriles Leitão de Almeida Neto, radialista e locutor "free lance"; Gilmar Camargo de Almeida, José Moreira da Silva Ribeiro e Alexandre Morici, Gerente de Informação a Clientes, Assessor de Regulamentação e Gerente de Rádiofrequência Metropolitana, da TELEMIG Celular, respectivamente; e Rodrigo Botelho Campos, Coordenador do PROCON-BH. Em seguida, o Presidente passa a palavra aos convidados para discutirem o programa, desenvolvido pela TELEMIG Celular, de incentivo à troca dos aparelhos analógicos pelos digitais, oferecendo como principal atrativo o acesso ao serviço de identificação de chamadas (bina). Após as exposições dos convidados, abrem-se os debates, conforme consta nas notas taquigráficas. Transcorridos os debates, o Deputado Marcos Helênio apresenta requerimento em que solicita ao Centro Tecnológico de Minas Gerais-CETEC- estudos sobre as condições técnicas para fornecimento dos serviços de identificação de chamadas aos donos de aparelho celular analógico. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Em seguida, o Deputado Marcos Helênio sugere à Comissão seja realizada outra reunião com a presença de representantes do CETEC para que se amplie a discussão sobre o tema em questão, o que é acatado pela Presidência. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 1998.

Geraldo Nascimento, Presidente - José Militão - Ambrósio Pinto.

#### ATA DA 21ª REUNIÃO Ordinária da comissão de saúde

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dois de setembro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Romeu Queiroz, Presidente da Comissão supracitada; Carlos Pimenta, Jorge Hannas, Adelmo Carneiro Leão e Wilson Pires, membros da Comissão. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Benedito Scaranci Fernandes, Superintendente de Epidemiologia da Secretaria da Saúde; Apolo Heringer Lisboa, Secretário Adjunto Municipal de Saúde; Frederico Carlos de Carvalho Soares, Coordenador da Fundação Nacional de Saúde - FNS - e Ronaldo Silva Caldeira, responsável pelo controle de zoonoses da Prefeitura de Pedro Leopoldo, sobre a dengue no Estado, bem como a avaliar as providências para o combate e a prevenção da doença. Em seguida, convida-os para tomar assento à mesa. A Presidência registra, ainda, a presença dos seguintes convidados: Sras. Maria Helena Franco Moraes, Chefê de Controle de Zoonose da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte; Gilvânia Cozenza, médica do núcleo de epidemiologia da mesma Secretaria; Silvana Tecles Brandão, Técnica de Controle de Zoonose da mesma Secretaria; Srs. João Carlos Pinto Dias, médico da Fundação Oswaldo Cruz; Paulo Mansur, consultor jurídico da Federação do Comércio; Jefferson Ney Amaral, Vice-Presidente para Assuntos Públicos e Sociais da CDL; Maria Cristina Palhares Machado, responsável pela medicina preventiva do SESI e membro do Conselho da FIEMG; Milton Machado Mourão, Presidente do Conselho de Saúde da FIEMG; José Nelson de Almeida Machado, Chefê de Controle Sanitário da COPASA-MG; Arlete Nogueira, Presidente da UVEMIG; Auro Rodrigues Batista, 1º-Secretário da Câmara Municipal de Lagoa Santa; Maria Isabel Magalhães Fonseca, veterinária e representante da Prefeitura de Caeté; Adma Jussara Fonseca de Paula, Coordenadora de Combate à Dengue de Vespasiano; Francisco Leopoldo Lemos, Chefê de Divisão de Vigilância à Saúde de Ribeirão das Neves; Antônio Rodrigues Xavier, Coordenador da Dengue em Mário Campos; Célio Elias, Secretário de Saúde de Contagem. A seguir, o Deputado Romeu Queiroz tece considerações iniciais e passa a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, autor do requerimento que motivou o convite. Prosseguindo, o Deputado Romeu Queiroz passa a direção dos trabalhos ao Deputado Carlos Pimenta. Este na fase de debates, passa a palavra aos Srs. Milton Machado Mourão, João Carlos Pinto Dias, Arlete Nogueira, Auro Rodrigues Batista, Apolo Heringer Lisboa, Adma Jussara Fonseca de Paula, Frederico Carlos de Carvalho Soares, Silvana Tecles Brandão, Francisco Leopoldo Lemos e Benedito Scaranci Fernandes, conforme consta nas notas taquigráficas. Em seguida, o Deputado Carlos Pimenta passa a direção dos trabalhos ao Deputado Adelmo Carneiro Leão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados, coloca o Legislativo mineiro à disposição para estudar o problema e contribuir para conscientizar a população com vistas a prevenir nova epidemia de dengue, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 1998.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Carlos Pimenta - Adelmo Carneiro Leão - Wilson Pires.

#### ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, APURAR A ENTRADA DE MEDICAMENTOS FALSOS NA REDE HOSPITALAR PÚBLICA E PRIVADA, BEM COMO A COMERCIALIZAÇÃO DOS MESMOS NO ESTADO

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e nove de outubro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Wilson Pires, Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta e Bené Guedes (substituindo este ao Deputado Alencar da Silveira Júnior, por indicação da Liderança do Bloco Social Trabalhista), membros da supracitada Comissão. Encontra-se presente também o Deputado Arnaldo Penna. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Wilson Pires, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bené Guedes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente

informa que a finalidade da reunião é ouvir os depoimentos dos Srs. Mércio Nogueira de Castro e René Godoi Monteiro de Castro, proprietários da Distribuidora Minas Prata Ltda.; Davidson Alves Lucas, proprietário da Distribuidora Hospitalval Ltda.; e Francisco Wakabayashi Fabri, proprietário da Distribuidora Districamp, de Governador Valadares, acompanhado por seu advogado, Sr. Vladimir Alves de Rezende Moura. A Presidência discorre sobre o funcionamento das CPIs e passa a ouvir os depoimentos dos Srs. René Godoi Monteiro de Castro e Mércio Nogueira de Castro, que, em seguida, são inquiridos pelos Deputados Adelmano Carneiro Leão, Irani Barbosa e Wilson Pires. A Presidência agradece a colaboração dos referidos convidados e suspende a reunião para que entre na sala o próximo depoente. Nesse momento o Deputado Benê Guedes se ausenta da reunião, e o Deputado Arnaldo Penna assume as funções de membro da Comissão. Reabertos os trabalhos, são prestados, novamente, esclarecimentos referentes às CPIs, e é concedida a palavra ao Sr. Davidson Alves Lucas, que presta seu depoimento. Em seguida, o depoente é inquirido pelos Deputados Adelmano Carneiro Leão, Irani Barbosa e Wilson Pires. Não havendo mais perguntas a serem feitas, o Presidente agradece a colaboração do depoente e solicita que seja conduzido à reunião o Sr. Francisco Wakabayashi Fabri. Este faz seu pronunciamento inicial e, em seguida, é questionado pelos Deputados Adelmano Carneiro Leão e Irani Barbosa. Não havendo mais perguntas, o Presidente agradece sua colaboração e o dispensa. Registra-se que o conteúdo da reunião consta, na íntegra, nas notas taquigráficas. O Presidente indaga se há alguma proposição a ser apresentada. O Deputado Adelmano Carneiro Leão, com a palavra, apresenta dois requerimentos, nos quais pede sejam enviados ofícios ao Sr. Gustavo Costa Valadão, solicitando informar à Comissão por quantos dias sua cliente, a Sra. Maria Hely Rosa de Castro, está impossibilitada de comparecer para prestar depoimento e em que condições poderá fazê-lo; e à Junta Comercial de Minas Gerais, solicitando que seja remetida à Comissão cópia do contrato de constituição da Empresa Centro Cirúrgico Ltda., bem como de todas as suas alterações contratuais. Colocados em votação, cada um por sua vez, os requerimentos são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as próximas reuniões extraordinárias, a serem realizadas no dia 5/11/98, às 10 e às 14 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 1998.

Wilson Pires, Presidente - Irani Barbosa - Adelmano Carneiro Leão - Carlos Pimenta - João Batista de Oliveira.

#### ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, APURAR A ENTRADA DE MEDICAMENTOS FALSOS NA REDE HOSPITALAR PÚBLICA E PRIVADA, BEM COMO A COMERCIALIZAÇÃO DOS MESMOS NO ESTADO

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e um de outubro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Wilson Pires, Irani Barbosa, Adelmano Carneiro Leão, João Leite e João Batista de Oliveira (substituindo os dois últimos aos Deputados Carlos Pimenta e Alencar da Silveira Júnior, respectivamente, por indicação da Liderança do Bloco Social Trabalhista), membros da Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Wilson Pires, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência solicita ao Deputado Irani Barbosa que faça a leitura da correspondência: denúncia da Sra. Sirleide Freitas da Silva sobre a compra de medicamento falsificado. O Presidente encaminha a denúncia à consultoria da Comissão para análise e, a seguir, informa que a finalidade da reunião é ouvir os Srs. Guilherme Gonçalves Rício, Superintendente-Geral da FHEMIG; Joaquim Antônio César Mota, Diretor do Hospital das Clínicas de Belo Horizonte; Lécio Marcos Dias, Diretor do Instituto Raul Soares; e Geraldo Ferreira, Superintendente-Geral da Associação dos Amigos do Hospital Mário Pena, sendo que este último não comparece. O Presidente passa a palavra aos convidados, que, cada um por sua vez, fazem suas considerações iniciais. Encerradas as explanações, a Presidência abre a fase dos debates, na qual os convidados são questionados pelos Deputados Adelmano Carneiro Leão, Irani Barbosa, João Batista de Oliveira e Wilson Pires, conforme consta nas notas taquigráficas. O Presidente indaga se há alguma proposição a ser apresentada. O Deputado Adelmano Carneiro Leão, com a palavra, apresenta requerimentos em que solicita sejam convidados os proprietários e os responsáveis técnicos das distribuidoras Ponte Farma Ltda., Hospinova Ltda., Droga Brasil Ltda. e Drogeria Azevedo e Sena Ltda. para prestarem informações a esta CPI; e seja solicitado ao Diretor do Hospital das Clínicas da UFMG e ao Superintendente da FHEMIG o envio a esta CPI das seguintes informações: número total de licitações realizadas nos últimos dois anos; número de licitações das quais a Ação Distribuidora participou nos últimos dois anos; número de licitações que a Ação Distribuidora venceu nos últimos dois anos, especificando, neste caso, os medicamentos licitados, a quantidade, o valor global e unitário desses medicamentos, bem como a diferença de preço em relação ao segundo colocado. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. O Deputado Irani Barbosa apresenta requerimento em que pede seja solicitada do Hospital das Clínicas cópia dos processos licitatórios realizados pela entidade nos últimos dois anos. Colocado em votação, é o requerimento rejeitado. O Deputado Irani Barbosa registra seu protesto contra a rejeição da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece aos Srs. Guilherme Gonçalves Rício, Joaquim Antônio César Mota e Lécio Marcos Dias pelos subsídios trazidos à Comissão, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 21 de outubro, às 14 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 1998.

Adelmano Carneiro Leão, Presidente - Irani Barbosa - Jorge Eduardo de Oliveira - João Leite - João Batista de Oliveira.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da comissão parlamentar de inquérito para, no prazo de 120 dias, apurar a entrada de medicamentos falsos na rede hospitalar pública e privada, bem como a comercialização dos mesmos no estado

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e dois de outubro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Wilson Pires, Adelmano Carneiro Leão, Irani Barbosa e Maria José Hauelsen (substituindo esta ao Deputado Antônio Roberto, por indicação da Liderança do Bloco Parlamentar de Oposição), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Wilson Pires, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmano Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a finalidade da reunião é ouvir os Srs. Renato Bandeira de Melo, Superintendente Regional Metropolitano da Secretaria da Fazenda, representado pelo Sr. Márcio Rodrigues de Oliveira, Diretor Fazendário da Capital; Rinaldo Sérgio Costa, Coordenador da 5ª Administração Fazendária da Secretaria da Fazenda, e Henrique de Oliveira, Delegado da Delegacia Especializada de Sonegação Fiscal. A Presidência passa a palavra aos convidados, os quais fazem suas considerações iniciais. Após as explanações, a Presidência abre a fase dos debates. Os convidados são questionados pelos Deputados Adelmano Carneiro Leão, Irani Barbosa e Wilson Pires, conforme consta nas notas taquigráficas. O Presidente indaga se há alguma proposição a ser apresentada. O Deputado Adelmano Carneiro Leão, com a palavra, apresenta requerimento, em que solicita seja encaminhado ofício ao Superintendente de Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde pedindo que sejam enviadas à Comissão as informações que menciona, relativas ao desenvolvimento do seu trabalho. Colocado em votação, o requerimento é aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a participação dos convidados, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 1998.

Wilson Pires, Presidente - Adelmano Carneiro Leão - Irani Barbosa - Antônio Roberto - Arnaldo Penna.

#### ATA DA 96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e sete de outubro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Nascimento, José Militão e Ambrósio Pinto, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Militão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e, em seguida, comunica que se encontra à disposição dos Deputados o ofício do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pelo qual se informa que o Juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual do Fórum Lafayete, Walter Pinto da Rocha, decidiu que o Executivo Estadual e o DER-MG têm 120 dias para regulamentar e operacionalizar o passe livre nos transportes intermunicipais de Minas Gerais. O Presidente determina à assessoria que envie cópia da correspondência aos membros da Comissão. Após, a Presidência leva ao conhecimento dos Deputados que foi encaminhado à Comissão o avulso do Projeto de Lei nº 1.941/98, que contém a proposta orçamentária para o exercício de 1999, englobando o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado. A Presidência esclarece, ainda, que poderão ser apresentadas propostas de emenda a esse projeto de 27/10/98 até 16/11/98, junto à assessoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Após, o Presidente informa que o Deputado João Leite foi designado relator para o 1º turno do Projeto de Lei nº 1.813/98. Na ausência dos relatores, a Presidência avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 1.669/98 e redistribui o Projeto de Lei Complementar nº 34/98 e o Projeto de Lei nº 1.813/98 ao Deputado Ambrósio Pinto, todos no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente indaga ao relator, Deputado Ambrósio Pinto, se está em condições de emitir seu parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 34/98. Este parlamentar solicita prazo regimental para melhor estudo da matéria, o qual é concedido pela Presidência. Em seguida, o Deputado Geraldo Nascimento procede à leitura do parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.669/98, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 a 3. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado Ambrósio Pinto procede à leitura do parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.813/98, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Esgotada a matéria destinada à 1ª Parte da reunião, a Presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Geraldo Nascimento passa a Presidência ao Deputado José Militão e apresenta requerimento em que solicita sejam convidados os Srs. Elcio Reis, Subprocurador-Geral da Defesa

Contenciosa, e José Aparecido de Pádua, Presidente do Sindicato dos Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais - SINDIFISCO -, para discutirem o Projeto de Lei Complementar nº 34/98, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que institui o Código de Defesa do Contribuinte do Estado de Minas Gerais. O Deputado José Militão sugere seja também convidado o Sr. Geraldo Luiz Brinati, Diretor-Presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais - AFFEMG. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 1998.

Geraldo Nascimento, Presidente - Ambrósio Pinto - José Militão.

#### ATA DA 9ª REUNIÃO Extraordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de outubro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Ailton Vilela (substituindo este ao Deputado Tarcísio Henriques, por indicação da Liderança do PSDB) e Marcos Helênio (substituindo o Deputado Durval Ângelo, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marcos Helênio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. Com a palavra, o Deputado Marcos Helênio apresenta requerimento, em que solicita sejam convidadas as pessoas que menciona a prestar esclarecimentos sobre o fato ocorrido no aeroporto da Pampulha, envolvendo membro da Polícia Militar, que culminou na morte do Sr. Marcelo Ribeiro. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 1998.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo, Ivair Nogueira.

#### ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 98ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 9h30min do dia 10/11/98

##### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 34/98, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.699/98, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião EXTRAORDINÁRIA da comissão PALAMENTAR de inquérito para, no prazo de 120 dias, apurar a entrada de medicamentos falsos na rede hospitalar pública e privada, bem como a comercialização dos mesmos no estado, a realizar-se às 14 horas do dia 10/11/98

##### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Luiz Carlos Campos Rezende e Rodrigo Augusto da Silva Ferreira, ex-proprietários da Acess Distribuidora; e Rafael Ornelas Machado; as Sras. Maria Hely Rosa de Castro e Tereza Cristina Machado de Castro, proprietárias da Drogaria Dinâmica; os Srs. Antônio Coelho Neto, Diretor do Hospital Miguel Couto; Paulo Gonçalves Belo, proprietário da Drogaria Americana, de Ipatinga; a Sra. Diana Marcellini e os Srs. Irineu Marcellini Neto e João Moraes Marcellini, proprietários do Laboratório Hipofarma, de Ribeirão das Neves.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 15h30min do dia 10/11/98

##### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.284/97, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.774/98, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.797/98, do Deputado Cleuber Carneiro; 1.714/98, do Deputado Ermano Batista; 1.869/98, do Deputado Geraldo Rezende; 1.783/98, do Deputado Miguel Martini; 1.791 e 1.794/98, do Deputado Paulo Schettino; 1.773/98, do Deputado Romeu Queiroz; 1.776 e 1.786/98, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

## Discussão e votação de proposições da Comissão.

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.824/98

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado João Leite, o Projeto de Lei nº 1.824/98 pretende declarar de utilidade pública o Clube de Mulheres Princesa Isabel de Cabeceira Grande, com sede nesse município.

Publicado em 27/6/98, veio o projeto a esta Comissão para exame preliminar, em conformidade com o que prevê o Regimento Interno.

Fundamentação

De acordo com a documentação anexada ao processo, verifica-se que a entidade em exame tem personalidade jurídica, está em funcionamento há mais de dois anos, e sua diretoria é composta de pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício dos cargos que ocupam. Portanto, foram atendidos os requisitos constantes na legislação em vigor.

Diante do relatado, esclarecemos que estamos apresentando emenda apenas para fazer constar o nome correto da instituição.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.824/98 com a Emenda nº 1, que apresentamos a seguir.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Clube de Mulheres Princesa Isabel de Cabeceira Grande, com sede no Município de Cabeceira Grande."

Sala das Comissões, 29 de outubro de 1998.

Hely Tarquínio, Presidente - Antônio Genaro, relator - Antônio Júlio - Sebastião Costa.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.874/98

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

Por meio da Mensagem nº 290/98, o Governador do Estado fez remeter a esta Casa, para apreciação e deliberação, o projeto de lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Carmópolis de Minas.

Em obediência ao que dispõem os arts. 188 e 102, III, "a", do Regimento Interno, a proposição foi publicada em 27/8/98 e, a seguir, distribuída a esta Comissão, a fim de que seja objeto de exame preliminar quanto às questões jurídica, constitucional e legal.

Fundamentação

O imóvel objeto da proposição, constituído de um terreno rural com área de 10,1160 ha e de casas e galpões, foi doado ao Estado pelo Município de Carmópolis de Minas, sem encargos, conforme escritura pública transcrita sob o nº 3.460, a fls. 16 do livro 2-I, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Oliveira.

O referido imóvel abrigou, por algum tempo, o Curso Técnico Agropecuário, ficando ocioso após a desativação deste.

A municipalidade quer, então, incorporá-lo ao seu patrimônio e utilizá-lo na implantação de serviços sociais de interesse local, contando, para tanto, com a manifestação favorável da Secretaria da Educação, órgão a que está vinculado o imóvel.

A medida consubstanciada na proposição é uma das formas de alienação de bem público, devendo estar em conformidade com os preceitos constitucionais e administrativos que regem a matéria. No campo dos preceitos de natureza constitucional, devemos atentar ao estatuído pelo art. 18 da Constituição Estadual, que sujeita esse tipo de alienação à autorização deste Legislativo. No campo dos preceitos de natureza administrativa, é necessário observarmos o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.666, de 21/6/93. Tal dispositivo exige como requisito de validade para alienação de imóvel do Estado a existência de interesse público devidamente justificado, o que, no caso, está plenamente atendido, visto que a medida possibilitará a implantação, pela municipalidade, de serviços de significativa dimensão social.

Cumpramos, ainda, recorrer ao § 4º do mesmo artigo, por instituir norma de especial importância, a saber, a de que no instrumento de doação deverão constar obrigatoriamente o encargo, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato.

É em razão dessa exigência e também com o objetivo de aprimorar o texto do projeto, de acordo com as normas da boa técnica de redação legislativa, que lhe apresentamos substitutivo, a ser formalizado neste documento técnico.

#### Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.874/98 na forma do Substitutivo nº 1, conforme se segue.

#### SUBSTITUTIVO Nº 1

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel constituído por um terreno com área de 10,1160 ha (dez hectares onze ares e sessenta centiares), situado naquele município, na Rua Avelino Faleiro, 30, no Distrito de Graminha, registrado sob o nº 3.460, a fls. 161 do livro 2-I, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Oliveira.

Parágrafo único - O imóvel descrito neste artigo destina-se à implantação de serviços sociais de interesse local.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 5 (cinco) anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 1998.

Hely Tarquínio, Presidente - Sebastião Costa, relator - Marcos Helênio - Antônio Genaro - Antônio Júlio.

#### PARECER SOBRE A EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 1.414/97

#### Comissão de Saúde

#### Relatório

O Projeto de Lei nº 1.414/97, da Deputada Elbe Brandão, cria o Programa de Incentivo à Implantação de Matadouros e Mercados Públicos Municipais e dá outras providências.

Publicada, a matéria foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, e às Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que opinaram por sua aprovação.

Durante a discussão do projeto, foi apresentada pelo Deputado Péricles Ferreira a Emenda nº 1, que passamos a analisar, em conformidade com o art.188, § 2º, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A emenda em exame visa a suprimir o inciso II e a modificar a redação do inciso IV do art. 3º do projeto. O inciso II da proposição estabelece a competência do Poder Executivo para, mediante convênio com os municípios, construir, ampliar ou reformar matadouros e mercados públicos. Já o inciso IV se refere à capacitação de servidores municipais para a execução de serviços locais de vigilância sanitária. Ambos os dispositivos contêm atribuições que são próprias do município, por tratarem de assunto de interesse local. Nesse sentido, preceito constitucional federal estabelece que haverá cooperação técnica e financeira da União e do Estado nos serviços de atendimento à saúde da população (art. 30, VII).

Consideramos, pois, procedentes a supressão do inciso II, que se refere a funções administrativas de interesse do município, e a alteração proposta ao inciso IV, estabelecendo que o Estado prestará cooperação técnica na capacitação dos servidores municipais para a execução dos serviços de vigilância sanitária.

Entretanto, para adequar o texto à técnica legislativa, sugerimos nova redação para a emenda em análise.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da Emenda nº 1 na forma da Subemenda nº 1, a seguir redigida.

#### SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 1

Suprima-se o inciso II do art. 3º e dê-se ao seu inciso IV a seguinte redação:

"Art.3º - .....

IV - colaborar na capacitação dos servidores municipais para a execução dos serviços de vigilância sanitária;".

Sala das Comissões, 5 de novembro 1998.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Carlos Pimenta, relator - Adelmo Carneiro Leão.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 28/10/98, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91; 5.130, de 4/5/93; e 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 1.509, de 7/1/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.393 e 1.438, de 1997; 1.547 e 1.569, de 1998, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Júnior

exonerando, a partir de 9/11/98, Maria Celene Silva Cunha do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01;

nomeando Rossiane Kelly Silveira de Andrade para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01.

Gabinete do Deputado Kemil Kumaira

exonerando Ricardo Wander de Oliveira do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

exonerando Jovenato Ferreira da Conceição do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29;

exonerando Flávia Miglio Martin do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Flávia Miglio Martin para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29;

nomeando Jovenato Ferreira da Conceição para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando João Henrique de Souza Lopes para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18.

Gabinete do Deputado Miguel Barbosa

tornando sem efeito o ato publicado na edição de 30/10/98, que nomeou Telma Terezinha Leite Marques para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

nomeando Maria Angélica Isquierdo Barbosa para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18.

Gabinete do Deputado Rêmoló Aloise

exonerando Luciano Amaral Soares do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Telma Terezinha Leite Marques para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.